Tanto o Executivo quanto o Judiciário passam por um importante processo de ajuste. O Executivo admite pela primeira vez sua responsabilidade no desequilíbrio orçamentário, promete cortar despesas, controlar estatais e atacar o déficit público. O segundo começa a rever os códigos e penas e a debater o aperfeiçoamento da administração da justiça através de um novo sistema de controle da ação dos juizes. O Congresso, contudo, não se toca: prefere o varejo, o curto prazo, as satisfações imediatas, as concessões indevidas, o casuísmo, as futricas e coisas miúdas.

A cada dia os brasileiros se dão conta, com maior clareza, de que o Congresso tem mais poderes que responsabilidade. O Estado brasileiro está falido, mas a classe política não parece se dar conta disso — continua fingindo que é possível retomar o desenvolvimento ao preço da inflação, ignorando as exigências da estabilização da economia e decretando aumentos irresponsáveis de salários.

Houve um só momento em que o eleitorado acreditou num resgate do sentido ético dos deputados e senadores: durante a votação do *impeachment* de Fernando Collor. Na verdade, a votação do dia 29 de outubro último pareceu simbolizar o início da regeneração da vida parlamentar e o sepultamento definitivo do jogo mesquinho do favorecimento em benefício do interesse nacional de longo prazo, redimindo o Congresso da frustração da derrota das diretas-já, em 1984.

Foi com consternação que o eleitorado viu o gradual retorno das práticas clientelísticas e tergiversações em face das tarefas urgentes, como se o afastamento de Collor tivesse representado uma franquia para a recaída no personalismo — uma espécie de compra de indulgências para o empirismo e o tráfico de influências.

O primeiro sintoma desse desfalecimento no berço esplêndido da acomodação foi a eleição de Inocêncio de Oliveira e de Humberto Lucena, dois adeptos da política do favor, respectivamente para as presidências da Câmara e do Senado. A seguir, foi a votação de uma lei salarial incompatível com o Plano de Ação Imediata.

Aprofunda-se assim a desmoralização da classe política perante a opinião pública. Os cidadãos já aprenderam a identificar a ausência de escrúpulos naqueles que só pensam em se eleger para tirar vantagens ou enriquecer. O que mais explica a baixa credibilidade e a má reputação nas sondagens de opinião, senão o corporativismo, o empreguismo, a postura inflacionária, o sorriso que precede o dilúvio característico dos congressistas?

Infelizmente, todas as leis e regras políticas impostas pela ditadura para assegurar a prevalência do Brasil dos grotões sobre o Brasil moderno permanecem intactas. Brasília, que deveria ter sido um posto avançado do Brasil civilizado, tornou-se a nau de insensatos e naufragou na nordestinização e no irrealismo dos privilégios autoconcedidos. Em vez de ser um pólo irradiador, sufocou na própria redoma.

O povo brasileiro sente que seus representantes estão distantes no espaço e no tempo e se angustia com a falta de decisão e de senso de urgência do Legislativo. Por causa do Congresso, está cada vez mais difícil para o governo obter consenso quanto aos fins e conquistar a confiança na consistência entre os meios e os fins da administração pública.

É muito perigoso que um dos poderes da República fique assim para trás, lançando o descrédito sobre o sentido do próprio processo político.